

334 - DIVERSIDADE – IGUALDADE E EDUCAÇÃO: A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO

Vera Rudge Werneck

Universidade Católica de Petrópolis – RJ Brasil. Centro de Teologia e Humanidades

O artigo tem como objeto a questão da diversidade e da igualdade enquanto manifestações culturais e a sua relação com a educação que tem como objetivo, a implantação da justiça. Focaliza especialmente o aparente paradoxo que resulta da necessidade de tolerância para com a diversidade cultural e a exigência da Educação, normativa e transformadora por definição. Inicia com considerações gerais sobre o tema passando, em seguida para a questão da identidade e da sua relação com a educação. Conceitua educação como o processo que leva o educando a reconhecer, apreender e hierarquizar os valores de modo próprio e adequado para que possa situar-se no mundo como pessoa e como personalidade. Entendendo a avaliação como a análise do valor de algo com relação a um determinado referencial vai fundamentar-se do ponto de vista filosófico na Teoria dos Valores de Max Scheler (1955) e de Y. Gobry (1975). Do ângulo sociológico baseia-se em Tomás Tadeu da Silva (1994) (2005). Mostra que apesar de toda diversidade e da variação das práticas pedagógicas no tempo e no espaço, o objetivo da educação de aperfeiçoamento contínuo, é sempre constante. Como conclusão da reflexão sobre a avaliação da relação entre a educação e a diversidade e a igualdade dos indivíduos e dos grupos sociais chega primeiramente à necessidade da busca de referenciais de avaliação como meio para que se evitem arbitrariedades e preconceitos. Em seguida propõe as categorias de “pessoa” e de “personalidade” como referenciais para a avaliação do processo da educação nas diferentes culturas. Caberia à educação, como objetivo principal, levar o sujeito a desenvolver-se como “pessoa” aprimorando a sua saúde, o seu bem estar material, o seu conhecimento, a sua liberdade, a sua sensibilidade independentemente do grupo cultural a que pertencesse. Deveria ainda promover as “personalidades” com as suas peculiaridades próprias individuais e grupais respeitando a diversidade cultural naquilo que não se opusesse às exigências fundamentais da pessoa humana. Assim seria, parece, atingida a meta final da conciliação da diversidade e da igualdade com a educação promotora da justiça.

355 - EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA PROPOSTA DE E-LEARNING

Vítor Gonçalves [1], Sofia Bergano [2]

[1] Departamento de Tecnologia Educativa e Gestão da Informação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, vg@ipb.pt

[2] Departamento de Ciências da Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, sbergano@ipb.pt

Sociedade da informação, economia do conhecimento, sustentabilidade, empreendedorismo, inovação, empregabilidade, igualdade de género, inclusão social e educação ao longo da vida são termos que assumem particular importância na actualidade. Sem descurar o seu relacionamento com os restantes termos, este artigo centra-se no binómio empreendedorismo - igualdade de género, mais especificamente, no empreendedorismo feminino.

O empreendedorismo é uma resposta ao problema do desemprego através do desenvolvimento de políticas de promoção do auto-emprego por via da criação de pequenas ou microempresas. A promoção da igualdade de oportunidades, nomeadamente, ao nível do género, não só no acesso ao emprego, na criação de empresas e na organização empresarial que permita a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal são aspectos que poderão imprimir uma maior justiça social. A questão da igualdade de género é considerada, neste artigo, na perspectiva do desenvolvimento de uma atitude reflexiva conducente à construção de uma cidadania activa, participada e geradora de igualdade.

Considerando os aspectos referidos, este artigo apresenta uma proposta de formação de empreendedorismo feminino baseada num sistema de e-Learning.

365 - O ABANDONO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE

Manuela Carrito

Helena C. Araújo

As questões da relação entre o sucesso escolar e identidades de género são claramente relevantes, quando dados estatísticos nos diferentes países da Europa (incluindo Portugal) confirmam um maior insucesso escolar e mais elevadas taxas de abandono escolar de rapazes, nomeadamente de grupos com menores recursos económicos ou com capital cultural não reconhecido pela escola. Estes dados levam-nos a questionar de que forma a cidadania actual que

pressupõe direitos civis, políticos e sociais, incluído nestes últimos o direito à educação (Marshall, 1967), tem resolvido as questões da exclusão e marginalização de muitos jovens que integram o actual sistema educativo. Os estudos de género e os estudos sobre as mulheres trazem para esta problemática contributos relevantes, pois as suas preocupações por formas mais alargadas de inclusão e de cidadania são aqui centrais. E como os men's studies têm sublinhado, as perspectivas feministas têm tido grande impacto na forma como implicam a reconfiguração da afectividade e a concretização dos direitos, implicando pois que as identidades masculinas possam rever processos que rompem e agridem formas de cidadania alargadas. De acordo com Lígia Amâncio (2004:25), existe nos nossos dias uma masculinidade marginalizada “que emerge da articulação do género com outras condições estruturais como a etnicidade ou a classe” que conduz muitos rapazes a uma desafecção da escola vindo alguns deles a integrar grupos nas margens. Uma perspectiva de cidadania alargada, numa sociedade democrática, não pode assim ficar alheia à diversidade e às necessidades dos indivíduos que a compõem sendo o direito à educação, como referia Marshall, um contributo inquestionável para padrões de vida decente (Araújo, 2007).

Na sequência do que foi dito anteriormente a reflexão que nos propomos realizar tem como objectivo aprofundar e questionar a forma como a instituição escolar tem baseado os seus discursos na neutralidade e existência de uma aluno-padrão masculino, branco, heterossexual, da classe média colocando um manto de invisibilidade sobre outras masculinidades (e também feminilidades) que reivindicam o seu direito de cidadania.

Mesa 40: Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Género e Ética

Dia: 01/05

Hora: 17h00

Sala: ESTG - 101

Moderador: Maria Teresa Estrela

11 - A SUPREMACIA FEMININA NO DESEMPENHO ACADÉMICO: DO QUALITATIVO AO QUANTITATIVO (ANÁLISE DO CONCELHO DE FUNCHAL ENTRE 1994 E 2000)

Alice Mendonça
(Universidade da Madeira)

Após décadas de “exclusão” escolar, o género feminino começou a impor-se nos contextos educativos ultrapassando o sexo oposto, quer quantitativa quer qualitativamente.

Esta vantagem das raparigas sobre os rapazes em termos de aproveitamento escolar e conseqüente prossecução dos estudos, tem vindo a acentuar-se temporalmente assumindo contornos preocupantes, bastante visíveis através das estatísticas oficiais do ensino escolar. Estas, demonstram que a supremacia feminina se faz sentir não só temporalmente mas que acresce à medida que aumentam os ciclos de estudos, atingindo o seu expoente máximo no ensino universitário.

O presente trabalho, efectuado com base nos dados disponíveis relativos ao concelho de Funchal, avalia de que modo este fenómeno afectou cada um dos géneros, no período compreendido entre 1994 e 2000 nos três ciclos que actualmente integram a escolaridade obrigatória. Assim, a análise dos comportamentos perfilhados por cada sexo durante estes ciclos escolares ao longo de seis anos lectivos, permite delinear o perfil evolutivo e diferencial dos percursos escolares masculinos e femininos, mormente no que concerne à progressão e abandono escolares neste espaço insular.

Palavras-chave: género, sucesso, insucesso, abandono escolar, escolaridade obrigatória.